apubh SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG
RUA ARTUR ITABIRANO,70 - BH - MG - FONE 441-7211

04/96

informativo

março - 1996

# A QUESTÃO DA MOBILIZAÇÃO

A mobilização dos docentes da UFMG é hoje uma questão fundamental ao termos em vista o problema salarial e o descompasso financeiro da universidade.

Se não nos mobilizamos, no entanto, parece que a resistência histórica em nosso movimento acabou. Não vivemos mais a ditadura militar, que tinha seu projeto para a universidade bem claro e contra a qual resistimos bravamente.

Hoje, deixamos passar tudo, até nossa data-base. Não discutimos nem mesmo que universidade queremos (o Congresso Universitário anda vazio!). O governo dos iluminados faz declarações que colocam em cheque nossa inteligência/competência e, arrogantemente nos dilaceram pelas vísceras, pelas bordas, e pelas vias da mídia.

Por dentro da academia, através do estado pré-falimentar da universidade, vivemos sérios problemas, tais como: orçamento reduzido em percentuais ainda não definidos, repasse de verbas fora de prazos corretos, políticas científicas ultrapassadas, propostas indecentes, como a de passarem para o Ministério do Trabalho os CEFET's e escolas agro-técnicas, redução do financiamento à pesquisa, cortes nos programas de extensão, e mais ainda, os salários de professores chegando às raias da exploração de mão-de-obra qualificada. Além do que, não há garantias de direito, nem mesmo da sobrevivência.

Por outro lado, a mídia tem-se mostrado como formadora de opinião, contra nós. Fomos marajás no Governo Collor, e hoje somos os "privilegiados" para alguns deputados e outros da equipe do professor FHC.

Nossa dignidade anda por baixo. Os professores públicos estão sendo desclassificados e aviltados, através de discursos difamantes, contra aqueles que construíram a universidade brasileira. Colocar a História das Universidades Federais por terra, a bem da redução de recursos é, no mínimo, ultrajante!

**Mobilizarmo-nos é uma urgência e uma necessidade em defesa da universidade.**

## > > NOTÍCIAS CURTAS < <

**Abono Pecuniário**: Vários professores, apesar de terem preenchido os critérios do MARE, entrado com pedido de férias antes da edição da MP 1195 de 24 de novembro e serem filiados à APUBH-Associação Profissional dos Docentes da UFMG - não receberam o pagamento. Para facilitar e para dar mais força à solicitação, a APUBH está assumindo o encaminhamento do pedido de correção para todos os que se interessarem.

Até agora, apenas 6 professores nos procuraram. Estamos dando prazo até 5ª feira, dia 21/03. Documentos necessários: contra-cheque de novembro/95, dezembro/95 e fevereiro/96 e o relato da especificidade ou não do seu caso.

No dia 22, pretendemos dar entrada na Reitoria.

**28.86% dos Militares**: 200 professores já entraram com os documentos para a Ação judicial referente aos 28,86% concedido aos militares. Vários outros tem ligado, interessados em participar. Neste sentido, achamos importante ampliar o prazo até o dia 29 de março para dar oportunidade a todos os interessados consiguirem os documentos.

# Movimento Docente e Conjuntura

## 1. Conjuntura Nacional

O projeto neoliberal apresenta-se ainda hegemônico ao nível mundial apesar de ter acumulado desgastes, retratado em repetidas derrotas eleitorais na Europa, o que demonstra a desilusão daquelas populações com estas propostas.

No Brasil, no entanto, o programa implementado pelo governo FHC conseguiu, no seu início, forte apoio popular. A partir do sucesso ocasionado pela estabilidade monetária através de medidas econômicas, tendo como âncora o câmbio e o arrocho salarial. Esta medidas, a longo prazo, acumulam problemas, trazendo forte reação dos setores atingidos.

De um lado, a crise do sistema financeiro, acostumado a trabalhar com elevada taxa de inflação e com intenso apoio do Estado, é obrigado a se ajustar à nova situação. A elevação das taxas de juros, além de possibilitar ganhos extras ao grande capital especulativo, eleva a patamares insuportáveis a divida interna, ocasionando o maior déficit público dos últimos anos. Até a mídia tem sido obrigada a admitir e reconhecer que esta tem sido a principal causa do déficit público e não o peso do salário dos servidores ou os encargos previdenciários.

De outro lado, começa a ser desmistificada a ilusão de que o controle da inflação e a estabilidade possibilitaria a melhora das condições sociais dos trabalhadores. Para os trabalhadores dos setores médios, o arrocho salarial tem trazido piora nas condições de vida. Para toda a sociedade podemos constatar um aumento acelerado de desemprego, com novas formas de exploração da força de trabalho como por exemplo, o processo de terceirização, contratos temporários. O que vem caracterizar um movimento inverso entre a remuneração da economia e a diminuição dos postos de trabalho, se refletindo no agravamento gritante do quadro de exclusão social.

Esta situação tem minado o apoio popular ao governo e, sua base de sustentação no Congresso tem se fragilizado. Aprofundam-se as contradições no bloco que lhe dá sustentação, como ficou explicitada na votação da Previdência e no recente caso da abertura da CPI dos Bancos. Contradições estas marcadas pelas disputas fisiológicas que caracterizam a base de apoio do governo no Congresso. Além disso, o governo vem sofrendo desgaste em função dos escândalos, como no caso SIVAM, pasta cor-de-rosa e a "ajuda" aos bancos com destaques para o banco Nacional, envolvendo interesses de familiares do próprio Presidente da República.

Estas contradições deverão se potencializar em função do período eleitoral que se aproxima, na medida em que os aliados de hoje poderão estar amanhã em disputas acirradas em âmbito local. Além do mais, vai exigir cada vez mais do governo recursos para atender as demandas crescentes, recursos estes não disponíveis no montante necessário para suprir as reivindicações de todos os aliados que funcionam na base da estratégia "é dando que se recebe".

## 2. A Força do Movimento Sindical

Essas mudanças na conjuntura no âmbito nacional e internacional, se apropriado de forma adequada pelo movimento sindical, pode possibilitar o enfrentamento do projeto do governo. No serviço público em especial, é importante fortalecermos as mobilizações nos locais de trabalho, enfrentando, no interior da categoria, o discurso e as práticas destruidoras dos direitos sociais e dos laços de solidariedade. Tal defesa deve se dar a partir da perspectiva dos trabalhadores e da defesa do serviço público de qualidade e com controle social.

Neste contexto, o movimento sindical inicia um processo de revigoramento, as manifestações contra a reforma da previdência, apesar da posição adotada pela maioria da executiva da CUT, foram fundamentais para este processo.

Um dos elementos importantes no enfrentamento das propostas governamentais, para o movimento sindical, é o desmascaramento do seu discurso. O governo tem afirmado como prioridades a saúde e a educação. No entanto, o que se tem constatado é que as verbas orçamentárias para estes setores tem sofrido cortes drásticos. "Em relação a 1994 o governo investiu no ano passado menos 35,22% em educação e menos 28,29% em saúde. Os recursos foram desviados para outras áreas" (**Folha de S. Paulo, 16/03/96**).

Por outro lado, enquanto são feitos cortes e é desmantelado o serviço público, o governo tem se mostrado eficaz na ajuda, com verbas públicas, aos seus aliados do setor privado. O Governo FHC criou um Programa Especial, ou PROER, destinando verbas públicas para cobrir rombos oriundos de má gestão e desvio de recursos no setor financeiro. Os escândalos dos bancos Econômicos e Nacional demonstraram quais são as prioridades do governo. O socorro ao Nacional foi de 5,8 bilhões de reais podendo chegar a 11 bilhões "A dimensão da ajuda já concedida pode ser avaliada por comparação com a recusa do governo à correção salarial, na data-base de janeiro dos funcionários civis e militares a correção aumentaria os gastos governamentais, neste ano, de 4 bilhões ( o equivalente a 69% do socorro)" (Jânio de Freitas. Folha de S. Paulo, 25/02/96).

A situação torna-se mais explícita sob quais são as prioridades do governo, quando comparamos o "socorro" ao Nacional e o que foi destinado para a educação no orçamento de 96 apenas 10 bilhões enquanto a dita "ajuda" pode chegar a 11 bilhões nas avaliações mais tímidas e 16 bilhões nas mais criteriosas. E mais, apenas a "ajuda" de 5,8 bilhões de reais, já liberada, para o Banco Nacional seria suficiente para garantir o financiamento anual das Universidades Federais.

Desta forma, conclui-se que o Estado é mínimo quando é para garantir as conquistas sociais dos trabalhadores e na manutenção dos serviços públicos e, é máxima, na proteção dos interesses do capital.

A privatização e a terceirização do serviço público com a cobrança de taxas nas universidades e nos exames realizados pelo SUS, nos hospitais, clínica e até mesmo nos hospitais universitários, são a mostra mais concreta de como o Estado vai retirando sua responsabilidade para com a área social.

Além disso, as avaliação de que o privado é mais eficiente e produtivo, que a concorrência é o motor da produção, e na necessidade de estimular a acumulação, tem levado o governo a destruir lentamente os setores sociais estatais, como a saúde e educação. Provoca o seu desgaste junto à população e posteriormente, é oferecido para o privado. No seu projeto é necessário entregar para o privado tudo aquilo que potencialmente pode vir a gerar lucro. É nesta situação que tem-se dado o sucateamento das universidades públicas e de qualidade.

### 3. Propostas e Encaminhamentos

Na sua política do desmonte do Estado, esfacelamento do serviço público e da desvalorização real dos trabalhadores do setor, tratados com desrespeito e arrogância com a decretação pelo MARE do congelamento salarial desde janeiro de 1995 e a negação do reajuste na data-base, torna-se inevitável uma resposta unificada dos SPF's.

A Direção da ANDES-SN, e as demais lideranças dos docentes, na reunião do setor das IFES e das IEES, nos dias 15 e 16/03, com base nas avaliações das Assembléias Gerais dos docentes e da conjuntura política que se configura neste ano de 1996, indicam à Plenária dos SPF's e ao conjunto da categoria, a deflagração da GREVE na semana de 15 a 19 de abril, precedida de paralisações e acompanhada de manifestações de rua, debates, pressões aos parlamentares e outros eventos envolvendo estudantes, funcionários técnico-administrativos, segmentos organizados da sociedade e as entidades populares. Na luta unificada dos SPF's, os docentes entendem que a luta salarial deve ser desenvolvida intimamente associada à defesa do serviço público de qualidade. O que significa que docentes, estudantes e servidores, através da ANDES-SN, FASUBRA e UNE, farão juntos a defesa da universidade, clarificando para a sociedade o caráter do nosso projeto de *Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade.*

# Quadro de Mobilização das AD's S. Sindical

| AD S. Sind. | Última AG | Nº Base / Nº Part. na AG | INDIC. DE GREVE Não apreciado | APRECIADO APR. | APRECIADO RE | PRÓX. AG | PARALISAÇÃO Não | PARALISAÇÃO Sim | NÍVEL ADES. | NÍVEL MOBI. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ADUA | 13/03 | 900 / 50 | X | | | 20/03 | | X | FR | FR |
| ADUFPA | 12/03 | 1900 / 73 | | X | | 20/03 | | X | FO | ME |
| APRUMA | 08/03 | 41 | X | | | | | | | |
| ADUFC | 13/03 | 1300 / 110 | | X | | 21/03 | | X | FO | R |
| ADURN | 13/03 | 1800 / 72 | | X | | | X | | | M |
| ADUFEPE | 13/03 | 1700 / 48 | | X sem data | | 19/03 | X | | PA | R |
| ADUFERPE | 13/03 | 32 | X | | | 20/03 | X | | | |
| ADUFS | 12/03 | 60 | | | | | | X | P | |
| ADUFAL | 13/03 | 1200 / 189 | | X | | 20/03 | | | | |
| APUB | 14/03 | 2800 / 121 | | X | | 19/03 | | X | FO | FO |
| ADUnB | 13/03 | 34 | X | | | S/DATA | X | | | |
| ADUFG | 28/02 | 800 / 120 | | X | | | | X | 85% | R |
| ADUFMS | 27/02 | 830 / 149 | | X | | 19/03 | X | | | FR |
| ADUFU | 14/03 | 1300 / 118 | X | | | 20/03 | | X | FO | FO |
| APUBH | 14/03 | 2400 / 160/200 | | | X | 20/03 | X | | | B |
| ADCEFET-MG | 14/03 | 600 / 80 | | X | | | | X | FO | FO |
| APESJF | 12/03 | 950 / 107 | | X | | 19/03 | | X | FO | FO |
| ASPESAL | 08/03 | 160 / 39 | | X | | 18/03 | | X | FO | |
| ADUFES | 06/03 | 1300 / 105 | | X | | 19/03 | | X | PA | FR |
| ADUFRJ | 11/03 | 3500 / 60 | X | | | 19/03 | | X | M | R |
| ADUFF | 14/03 | 3000 / 140 | | X | | 19/03 | | X | FO | FO |
| ADUR-RJ | 14/03 | 600 / 36 | | | X | | X | | | |
| APUFSC | 14/03 | 1800 / 283 | X | | | 19/03 | | X | PA | R |
| SINDOCEFET-PR | 06/03 | 600 / 47 | X | | | 19/03 | | X | FO | FO |
| ADUFRGS | 14/03 | 3000 / 214 | | X | | 19/03 | | X | FO | FO |
| APROFURG | 08/03 | 700 / 49 | X | | | 20/03 | | X | FO | FO |
| ADUFPEL | 14/03 | 1000 / 85 | | X | | | | X | B | R |
| SEDUFSM | 13/03 | 2500 / 160 | | | | 26/03 | X | | | FR |
| ADUFPI | 12/03 | 1250 / 40 | X | | | | | X | FO | FR |
| ADEPM | 14/03 | 628 / 24 | | | | | X | | | |
| ADUFPB-JP | | | X | | | 21/03 | X | | | |
| ADUFOP | 13/03 | 400 / 90 | X | | | 21/03 | X | | PA | FR |
| ADUFMAT | 08/03 | 1300 / 75 | | X | | | | X | TOTAL | FR |
| ASPUV | 14/03 | 580 / 110 | | X | | | X | | FO | FO |
| ADCEFET-RJ | 11/03 | 450 / 94 | | X | | | X | X | M | FO |
| APUFPR | 14/03 | 2200 | | X | X* | 20/03 | | X | FO | FO |
| ADUFSCAR | 13/03 | 550 / 89 | X | | | 22/03 | X | | | |

* Foi aprovado indicativo de greve sem data

A = Apreciado
APRO = Aprovado
FO = Forte
FR = Fraco
M = Médio
NA = Nã apreciado
P = Positivo
PA = Parcial
R = Regular
RE = Rejeitado